

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO II - Nº 5 - MARÇO/ABRIL DE 2013

EDITORIAL

As nossas mulheres

Nesta edição, a professora Ana Carolina Eiras, da Faculdade de História, prestigia-nos com uma longa entrevista conduzida pela sua colega Sônia de Magalhães, na seção "Professora Entrevista Professora". É uma bela peça, onde Ana Carolina, de forma contagiante, expõe as suas ideias sobre a mulher brasileira. Sobre o Dia Internacional da Mulher ela é enfática: "O dia 8 de março é um ganho político, é um espaço de fala, um espaço de denúncia, de crítica de reflexão".

O **Jornal do Professor** tem multiplicado os esforços para estampar em suas edições projetos que as nossas professoras executam no cotidiano. Atualmente, a realidade cartográfica da UFG mostra-nos que temos 2.480 docentes, dos quais 1.210 são mulheres. Há unidades em que as mulheres são maioria absoluta. Há também unidades que, até recentemente, mulheres "não entram". Nessas unidades, as mulheres já se constituem como núcleo importante. Na administração central da UFG, a partir da Coordenação de Cursos, as mulheres ocupam 184 postos de chefia. Na Adufg Sindicato, temos 2.306 docentes filiados. Destes, 1.147 são mulheres.

No Brasil, algumas mulheres são ícones e referência nacional em suas áreas de pesquisa. É o caso da professora Marilena Chauí, da USP. Ela foi convidada para realizar palestra no Centro Cultural Niemeyer e provocou um fato inédito. Dada a pressão do público (mais de mil ouvintes) para assistir a fala da convidada ilustre, os organizadores foram obrigados a mudar o lugar onde tradicionalmente se realizam as palestras do "Café de Ideias".

Nesta data internacional, dedicada às mulheres de todo o mundo, nosso pensamento vai para mulher docente da UFG: "Gracias por la ternura". (Neruda)

Frederico Oliveira



HISTÓRIA

Ruptura com discursos masculinos

Entrevistada pela colega de faculdade Sônia de Magalhães, Ana Carolina Eiras (foto) se embasa em estudos feministas para romper com a construção histórica de discursos masculinos sobre a identidade da mulher brasileira. Ela faz um alerta: "O fato de que a gente conseguiu direitos sociais, direitos jurídicos, não significa que houve um acompanhar das expressões e das mentalidades". Ela é autora de livro que localiza a mulher a partir de romances de José de Alencar. **Páginas 8 e 9**

APOSENTADO SIM,
INATIVO NUNCA **Página 11**

DIREITO COM ARTE E
SURREALISMO **Página 14**

PESQUISA

Laboratório multiusuário: o debate necessário

Burocracia atrasa manutenção e unidades buscam alternativas como a cobrança pelo uso de equipamentos. UFG não discutiu o assunto. **Páginas 6 e 7**

MÓVIMENTO

Macloys Aquino



O frescobol como um estilo de vida

Alcir Horácio, da FEF, difunde em Goiânia esporte que prima pela cooperação e não pelo enfrentamento entre jogadores

Página 15

Contato com a Redação

Telefone

62 3202-1280

E-mail

jornaldoprofessor@adufg.org.br



Ana Lúcia da Silva*



David Maciel**

A responsabilidade da Adufg e do Proifes no ataque à carreira docente e à universidade pública

No dia 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a Lei 12.772, que “reestrutura” a carreira docente e altera significativamente o caráter da universidade. Derivada do acordo assinado entre o governo e o Proifes, em agosto de 2012, a lei tramitou e foi aprovada em regime de urgência, em total desconsideração pela recusa ativa manifestada pelos professores durante toda a greve. A negativa em deba-

ter com o movimento docente e em negociar alterações na proposta ressalta o propósito de impor-se aos professores um processo de desestruturação da carreira do magistério superior e da própria universidade, que lembra os piores momentos da gestão de Paulo Renato, ministro de FHC. A orientação geral da nova lei passa pelo contingenciamento e por uma redução proporcional de gastos com a folha de pagamento, pelo estímulo ao aumento da carga horária de ensino e pela privatização disfarçada da universidade pública, evidenciando uma perspectiva neoliberal sem rebuços.

Alguns de seus elementos revelam essa orientação de forma mais explícita. Em primeiro lugar, destaca-se a obrigatoriedade de que os novos concursados ingressem na carreira na categoria de professor auxiliar, independentemente de sua titulação, e nela permaneçam por todo o estágio probatório, pelo menos. Além de desonerar a folha de pagamentos, tal medida desestimula a qualificação, pois o novo docente pode galgar os sucessivos degraus da carreira até o nível adjunto 4, sem precisar dos títulos de pós-graduação. Obviamente, na falta de titulação e de atividades a ela associadas, as regras de avaliação

de desempenho a serem normatizadas fatalmente devem privilegiar o aumento da carga horária de ensino como fator de progressão e promoção. Além disso, tais avanços na carreira ficam a depender da disponibilidade de recursos e vagas definidas pelo MPOG, ou seja, o avanço na carreira não mais depende da dedicação do docente, mas também da disponibilização de recursos pelo governo, o que talvez explique a mudança do conceito de “progressão vertical” para “promoção”, apresentada pela lei — afinal “promoção” é um benefício que depende da anuência do patrão, ao passo que “progressão” sugere um direito líquido e certo.

“A nova lei institucionaliza a remuneração por projeto de pesquisa. O professor envolvido pode receber ganho extra em relação ao seu salário. Além de legalizar a privatização da universidade e o ‘vale tudo mercantil’, pois nada impede que tal remuneração venha de empresas privadas, o dispositivo privilegia a pesquisa remunerada em detrimento do ensino, da extensão e do próprio trabalho de pesquisa”

de desempenho a serem normatizadas fatalmente devem privilegiar o aumento da carga horária de ensino como fator de progressão e promoção. Além disso, tais avanços na carreira ficam a depender da disponibilidade de recursos e vagas definidas pelo MPOG, ou seja, o avanço na carreira não mais depende da dedicação do docente, mas também da disponibilização de recursos pelo governo, o que talvez explique a mudança do conceito de “progressão vertical” para “promoção”, apresentada pela lei — afinal “promoção” é um benefício que depende da anuência do patrão, ao passo que “progressão” sugere um direito líquido e certo.

A perspectiva de contingenciamento e redução de gastos também explica a exclusão dos aposentados do processo de reequadramento proposto pela nova carreira, sobretudo o ingresso na classe de associado para os que se aposentaram no topo da carreira (anteriormente o nível adjunto 4, pois o acesso à classe de titular dependia de existência de vagas e de concurso público). Em síntese, os aposentados foram “ultrapassados” mais uma vez, desiludindo quem apostava no reequadramento a ser obtido nos termos da nova lei.

A nova lei institucionaliza a remuneração por projeto de pesquisa, ou seja, o professor envolvido em um projeto definido como “institucional” pela universidade ou pelo MEC pode receber um ganho extra em relação ao seu salário. Além de legalizar a privatização da universidade e o “vale tudo mercantil” — pois nada impede que tal remuneração venha do patrocínio de empresas privadas e nem que a elaboração de tais

“projetos institucionais” se dê em associação com elas e em razão de suas demandas — o dispositivo privilegia a pesquisa remunerada em detrimento do ensino, da extensão e do próprio trabalho de pesquisa motivado por critérios puramente acadêmicos. Além disso, fere a autonomia universitária na definição de suas atividades de pesquisa e extensão, formalizando a simbiose com os interesses da iniciativa privada. Neste ponto, destaca-se o dispositivo que transfere para o MEC e para o Ministério da Defesa o estabelecimento dos critérios que definirão as condições para progressão e promoção na carreira, quebrando a autonomia universitária mais uma vez. Nada garante que, dentre esses critérios, não surjam medi-

das unanimemente rejeitadas pela categoria: aumento da carga horária de ensino, que estimula o “aulismo”, em detrimento da pesquisa e da extensão; participação em um “projeto institucional” nos termos já mencionados, ou em um programa de pós-graduação. A lei busca submeter as Ifes à expansão meramente quantitativa da rede federal de ensino superior pretendida pelo MEC, institucionaliza a “concorrência” entre os docentes e estabelece uma distinção discriminatória entre unidades que possuem programas de pós-graduação e aquelas que não os tem, a grande maioria.

Ora, tal ataque à estrutura da carreira docente e ao princípio da universidade pública, gratuita e de qualidade, defendidos bravamente pelo movimento docente em décadas de mobilização e luta, não pode ser atribuído unicamente ao governo e à sua base parlamentar. Esta responsabilidade também cabe à atual direção da Adufg e ao Proifes. Quem esteve nas diversas assembleias realizadas durante a última greve deve

lembrar-se da posição da Adufg e dos representantes do Proifes em defesa do acordo assinado por essa entidade com o governo e que balizou a Lei 12.772. Deve lembrar-se também que foram eles, não os funcionários do MEC nem os parlamentares da base governista, que usaram da palavra nas assembleias para afiançar o acordo assinado com o governo e tranquilizar a plenária de que não haveria “surpresas”, mesmo diante dos sucessivos alertas de diversos colegas de que a aceitação do referido acordo implicava dar carta branca ao MEC para flexibilizar nossos direitos e que medidas já rejeitadas na primeira proposta de acordo poderiam voltar na definição dos critérios de avaliação.

“Quando constatarem euforicamente no contracheque de março o recebimento da primeira parcela do reajuste salarial, os professores da UFG não podem se esquecer de que a lei que normatiza o reajuste é a mesma que desestrutura sua carreira e ataca a perspectiva de uma universidade pública, gratuita e de qualidade”

Deve lembrar-se ainda do esforço e das iniciativas da Adufg e do Proifes para impedir a deflagração da greve e, depois que o acordo foi assinado unilateralmente com o governo, encerrá-la a todo custo bradando contra os que defendiam a continuidade da greve para forçar o governo a reabrir negociações, mobilizando recursos materiais, adotando procedimentos antidemocráticos e mesmo acionando a estrutura administrativa da universidade para pressionar os professores em greve.

Por isto, quando constatarem euforicamente no contracheque de março o recebimento da primeira parcela do reajuste salarial, os professores da UFG não

podem se esquecer de que a lei que normatiza o reajuste é a mesma que desestrutura sua carreira e ataca a perspectiva de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

* Professora aposentada da Faculdade de História

** Professor da Faculdade de História



João Batista
de Deus*

Os avanços na carreira docente do magistério superior: uma análise para além das ideologias partidárias e do sectarismo sindical

Durante mais de uma década, os docentes das universidades federais brasileiras tocaram seus cotidianos de trabalho, carreira e lutas sindicais sem movimentos grevistas. Em grande medida, essa nova configuração ocorreu em virtude do surgimento de um fórum de professores das Ifes, o Proifes, que emergiu em 2004 a partir da insatisfação de diversas associações de professores com rumos do movimento sindical da categoria em nível nacional. Nesse período, avanços históricos foram conquistados em mesas

de negociação com os ministérios do Planejamento e da Educação, a exemplo do aumento dos incentivos à titulação (2004), da classe de professor associado (2006), dos reajustes salariais de 2008 a 2010, acordados em 2007, da equivalência de tratamento dos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) com os docentes do Magistério Superior (MS) e da incorporação das gratificações no Vencimento Básico (VB), o que se traduz num contracheque com duas rubricas: VB + Retribuição por Titulação (RT). O Proifes, hoje constituído enquanto federação, não é contrário ao movimento grevista. No entanto, compreende que existem outras formas de luta e negociação, sendo a greve um dos recursos de uma categoria, e não o único.

Em dezembro do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.772, fruto de um amplo processo negocial do qual participavam, além do MPOG e do MEC, entidades nacionais que representam os docentes do magistério superior e do EBTT. Durante meses, um Grupo de Trabalho foi formado e diversas oficinas realizadas, nos quais tanto o governo quanto as entidades apresentaram suas propostas, que objetivavam a

reestruturação das carreiras do MS e do EBTT.

No entanto, algumas entidades presentes na mesa de negociação só faziam de conta que negociavam. Em pleno processo negocial, articulavam um movimento de greve, enquanto outras categorias do serviço público entravam em greve para que uma mesa de negociação fosse aberta, a exemplo da Fasubra, que representa os servidores técnico-administrativos. O saldo da greve que parou as universidades federais brasileiras é sabido – e vivido – por todos nós. É inclusive difícil afirmar que os avanços na carreira docente e os ganhos salariais são frutos dessa greve, uma vez que, como dito, quando a mesma foi deflagrada, entre maio e junho de 2012, há meses a mesa de negociação já estava instalada.

O fato é que no início de agosto, após uma consulta plebiscitária na qual participaram mais de sete mil professores, a proposta final negociada pelo Proifes obteve aprovação superior a 70%. Ao mesmo tempo, outras entidades que estavam presentes no processo negocial limitavam-se a defender suas propostas, afirmando, reunião após reunião, que não abriam mão de nenhum item sequer. Acordo assinado pelo Proifes, o projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional e a greve terminou quase que imediatamente e sem grandes contestações, uma contradição que a história ainda vai explicar.

A proposta negociada possui itens que precisam ser melhorados, a exemplo do reenquadramento dos professores aposentados. Entretanto, apresenta muitos avanços, tanto no que diz respeito à reestruturação da carreira, quanto aos ganhos salariais. O maior exemplo está na incorporação do que antes era o cargo isolado de titular à carreira. A partir de agora, todo professor doutor po-

derá ser titular, mediante processo de avaliação das universidades e institutos federais. Outra questão importante é que em 2007, 2011 e 2012, os professores federais foram os que mais ganharam reajustes salariais entre todas as categorias de servidores públicos federais. A folha das Ifes passou de R\$ 5,7 bilhões/ano em 2007 para R\$ 15 bilhões/ano em 2013, chegando, em 2015, a R\$ 20 bilhões/ano.

Quanto ao ingresso dos novos professores no primeiro nível da primeira classe, a adequação cumpre uma exigência constitucional, relacionada ao Regime Jurídico Único dos servidores federais. As propostas de reestruturação que foram apresentadas por todas as entidades assim previam o ingresso. Em termos salariais, não há perda alguma para os docentes que ingressarem na carreira. Ademais, o tempo que permanecerem na classe auxiliar equivale aos 30 meses do estágio probatório.

Em relação aos concursos públicos, seguindo diretrizes do MEC, no último Conselho Universitário (Consuni) a UFG aprovou que nas “normas complementares”, as unidades acadêmicas possuem autonomia para decidir a respeito da titulação mínima exigida. Ou seja, o boato de que todos os concursos para docentes deverão, a partir da nova lei, ser abertos para graduados, não tem procedência. Ademais, a decisão do Consuni mostra também a força do preceito constitucional da autonomia universitária.

Um grande ganho da nova lei é o avanço do professor não doutor na carreira até a classe de adjunto. Na mesa de negociação, o Proifes defendeu esse conceito, ou seja, a separação entre carreira e titulação, sem, no entanto, deixar de valorizar o mérito do professor que busca se pós-graduar em cursos de doutoramento.

A nova lei também traz dois conceitos importantes para a carreira: a “progressão” e a “promoção”, que são, respectivamente, os processos por nós conhecidos como “progressão horizontal” e “progressão vertical”. Quem vai definir os critérios de progressão e promoção serão as universidades e institutos federais, dentro da autonomia que lhes é garantida pela Constituição Federal. O que o MEC vai traçar são apenas diretrizes gerais.

Aos professores aposentados, a lei reproduz o entendimento anterior, de que, aposentando-se, não progridem na carreira. Nes-

se sentido, não há avanço e nem retrocesso, embora essa seja plataforma de luta do Proifes e tema que continua debatido no GT em conjunto com MPOG, MEC e Andifes. De qualquer maneira, em 2015 teremos o maior VB desde 1998. Se isso beneficia os professores da ativa, os ganhos dos aposentados são maiores ainda, pois aqueles que têm anuênios terão aumentos reais superiores àqueles que estão na ativa.

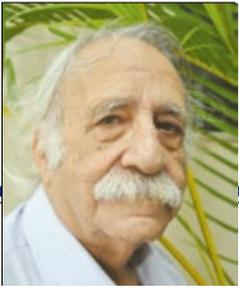
Para além das ideologias e do sectarismo, faz-se urgente uma discussão sobre o movimento sindical, seus instrumentos

de luta e fóruns democráticos. Uma assembleia geral, por exemplo, com 700, 800 professores, dos quais 10 ou 20 falam (às vezes por sorteio), seria mais democrática que uma consulta plebiscitária, na qual muito mais pessoas têm direito de manifestar sua opinião? É necessário o pertencimento à luta e à causa coletiva, que não se dá sem a participação de modo plural, democrático, e sem as amarras que há anos acorrentam parte do movimento docente brasileiro às práticas de um passado que precisa ser repensado e recriado.

* Membro da Executiva do Proifes-Federação, professor e diretor do Iesa.

“ Em pleno processo negocial com o governo, algumas entidades articulavam um movimento de greve, enquanto outras categorias do serviço público entravam em greve para que uma mesa de negociação fosse aberta. O saldo da greve que parou as universidades federais é sabido – e vivido – por todos nós ”

“ É necessário o pertencimento à luta e à causa coletiva, que não se dá sem a participação das pessoas de modo plural, democrático, e sem as amarras que há anos acorrentam grande parte do movimento docente brasileiro às práticas de um passado que precisa ser repensado e recriado ”



RESPINGOS

HFA

3,17%: governo não vai mais recorrer

Depois de uma década, a Advocacia Geral da União (AGU) resolveu estancar a avalanche de recursos em desfavor dos professores e pensionistas que recorriam à Justiça Federal para reclamar o pagamento dos 3,17%. É o que se deduz do texto da Instrução Normativa Nº 3, de 3 de dezembro de 2012, que autoriza “a não interposição de recurso das decisões judiciais pela AGU”. O governo não recorrerá nas ações propostas até 4 de novembro de 2006. Enquanto os quase 1,5 mil docentes ou pensionistas da UFG que já receberam a primeira parcela do 3,17% aguardam pacientemente a respectiva complementação, é de se presumir que o Tribunal Regional Federal (TRF-1ª Região) apresse o julgamento dos vários embargos que lhe foram submetidos.

Marginais

Antigos professores titulares ingressaram na universidade sem título, só graduação. Mas tinham muitas vezes elevada competência didática. Infelizmente, a legislação acaba por marginalizá-los.

Sem título

O então governador Jânio Quadros mandou demitir um grande pesquisador porque não tinha título universitário. Não pôde ser nomeado biólogo da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes.

Velho

Professor Geraldo “Alemão” disse que o velho não tem função no Brasil. Na Inglaterra, na Universidade de Nottingham, o professor Peter Mansfield, físico, prêmio Nobel de Medicina (2003), tem 83 anos e está na ativa.

Reconhecimento

Romualdo Ferreira de Almeida era um simples estafeta dos Correios, embora de renome mundial, como especialista em borboletas. Foi indicado pelo Museu Nacional para funções especializadas no antigo Instituto de Sericicultura.

Pela obra

O franciscano Damião Berge levou quase 50 anos para preparar e publicar o clássico Logos Heraclítico. Foi o que levou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nomeá-lo professor de Língua e Literatura Grega, nos anos 50. Sem prova escrita.

Adufg

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II - Nº 5 - MARÇO 2013

Projeto idealizado por
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Estagiário
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

‘Gostamos tanto de você’

Arnaldo Bastos (foto) havia avisado que dia 26 de fevereiro seria sua última aula à turma do primeiro ano do Direito. Chegando o dia, pela manhã, o professor mal começara o assunto da aula quando levantou-se um aluno, foi até sua mesa e colocou uma maçã. Ele achou estranho, mas agradeceu, e ia retomar o que falava assim que outro aluno se levantou e pôs a segunda maçã. Logo havia 10 maçãs na mesa. Arnaldo já tinha paralisado a aula quando toda turma entoou, em coro, “Gostava tanto de você”, de Tim Maia. Arnaldo teve de tirar os óculos para enxugar as lágrimas. “No final da música, todos nos levantamos e demos um grande abraço nele”, conta o estudante Humberto Pereira. Arnaldo agradeceu com a voz embargada.



Humberto Pereira

CARTAS DOS LEITORES

• Parabenizo a Adufg Sindicato pelo JP, que tem demonstrado isenção, publicando livremente a opinião de professores de diversas correntes do pensamento. Defendemos que o sindicato local e a federação sejam políticos, porém livre das pressões partidárias. Infelizmente, nossos representantes nacionais (Andes e Proifes) estão ligados a partidos.
Jefone de Melo Rocha, professor do ICB, presidente da CPPD.

• O JP, ao editar seu 4º número sem interrupção, o que é muito raro neste tipo de jornal, já é um indicador da seriedade com que está sendo gerido. Parabenizo a iniciativa, que nos coloca em contato com assuntos do nosso interesse. Merecem destaque a riqueza e a pertinência dos conteúdos apresentados nestes quatro primeiros números. Votos de sucesso à equipe!
José Luiz Domingues, professor aposentado da FE, mas não inativo.

NOTÍCIAS DA ADUFG SINDICATO



Fotos: Frederico Oliveira

O Coral Vozes da Adufg abriu a temporada 2013 do Quintart. Realizado no último dia 28 de fevereiro, o happy-hour dos professores recebeu o show "Um Coral e Um Violão", que conta com a participação do grupo e do musicoterapeuta Siro Pontes. Em homenagem ao poeinha do Brasil Vinícius de Moraes no ano do seu centenário, o Vozes da Adufg interpretou para o público presente as principais canções desse grande nome da Música Popular Brasileira.

O grupo também se apresentou no lançamento do livro "Outros guardados", escrito por Sônia Mari-

se Campos, que também faz parte do coro. O evento foi realizado na seccional goiana da União Brasileira dos Escritores (UBE-GO). O Vozes da Adufg apresentou as canções "O caderno", "Sodade", "Quando te vi" e "Rio Vermelho", encantando o público presente no evento.

Criado em 2010, o coral é coordenado pela professora Ormezinda de Melo Gervásio, idealizadora do projeto. Além de auxiliar no desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo dos participantes, o coral atua no aperfeiçoamento da capacidade de pensar musicalmente.

DIA DA MULHER

A Adufg Sindicato novamente preparou este ano programação com homenagens ao dia de luta em defesa da mulher, dia 8 de março. A data foi lembrada com a tradicional entrega de flores para professoras da UFG.

Equipes visitaram os câmpus Samambaia e Colemar Natal e Silva, em Goiânia, surpreendendo professoras com rosas vermelhas e versos recitados ao vivo. Docentes do câmpus Jataí também receberam a homenagem.

Na foto, professora Nazaré Stevaux recebe a rosa no ICB.



CONSELHO DE REPRESENTANTES

A Adufg Sindicato instalou, no último 27 de fevereiro, o Conselho de Representantes, composto por professores de várias unidades da UFG, em atendimento ao estatuto do sindicato. Há dez anos estava sem funcionamento. Pelo estatuto, o conselho é presidido pela diretora presidente do sindicato, Rosana Borges, que conduziu a reunião de instalação. A próxima reunião do conselho será dia 10 de abril, às 15 horas, na sede administrativa da Adufg Sindicato.

A Adufg Sindicato conduz em março o processo para eleição dos representantes dos professores aposentados e vai incentivar a eleição dos conselheiros nas unidades acadêmicas que ainda não o fizeram. O conselho funcionará ordinariamente uma vez por bimestre letivo.

O estatuto estabelece quantidade de um representante para cada cem aposentados. O período de inscrição de candidaturas está aberto até o dia 27 de março, sendo necessário comparecer à sede administrativa do sindicato. A escolha dos representantes aposentados será realizada no dia 9 de abril.



MUDAS DO CERRADO NA SEDE CAMPESTRE

Setecentas e cinquenta mudas de diferentes espécies do Cerrado, sendo a maioria frutíferas, foram plantadas na sede campestre da Adufg Sindicato. São pés de baru, jatobá, jenipapo, caju, ingá, sucupira, mogno, ipê, tamarindo e outras espécies. A ação faz parte de um projeto de reflorestamento da área.



PRESIDENTE DA ADUFG DEFENDE TESE DE DOUTORADO

A professora Rosana Borges, diretora presidente da Adufg Sindicato, defendeu tese de doutorado no dia 14 de fevereiro, no Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) da UFG. Intitulada "Pensamentos dispersos, ações concentradoras: Discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado", teve orientação do professor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG). Fizeram parte da banca os professores João de Deus (Iesa), Juarez Ferraz de Maia (Facomb), Roosevelt Santos (UFU) e Cláudio Benito Ferraz (UFU). Familiares, amigos e alunos da professora Rosana lotaram o auditório.

UNIMED

NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA O PLANO DE SAÚDE

Estão abertas as inscrições para novos usuários do Plano de Saúde Unimed/Adufg. Os professores filiados interessados devem procurar a Sede Administrativa do sindicato para a adesão, durante o período de 01º de abril a 20 de abril.

As novas adesões não terão período de carência para início da utilização do plano.

O setor de convênios atende de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h, e das 14h às 18h.

Informações pelo telefone (62) 3202-1280 ou pelo e-mail convenio@adufg.org.br.

Nomes

Até o momento, o **Conselho de Representantes** da Adufg Sindicato está composto pelos professores:

- Leandro Luis Galdino Oliveira, Instituto de Informática;
- Newton Armani de Souza, Escola de Música e Artes Cênicas;
- Karina Machado Siqueira, Faculdade de Enfermagem;
- Anderson de Paula Borges, Faculdade de Filosofia;
- Abraão Garcia Gomes, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública;
- Antônio Melo de Oliveira, Escola de Eng. Elétrica, Mecânica e de Computação;
- Eduardo Henrique Rosa Santos, Faculdade de Ed. Física;
- Fabio Fonseca de Oliveira, Escola de Música e Artes Cênicas;
- Camilo Vladimir de Lima Amaral, Faculdade de Artes Visuais;
- Flavio Marques Lopes, Faculdade de Farmácia;
- Patrícia Pomme Confessori Sartoratto, Instituto de Química;
- Domenico Uhng Hur, Faculdade de Educação;
- Leosmar Aparecido da Silva, Faculdade de Letras.

PESQUISA

A busca por soluções práticas

Ritos burocráticos para manutenção levam unidades a cobrar por análises e utilização de equipamentos

Fredrico Oliveira



Técnico no LabMulti, da Agronomia e Engenharia de Alimentos: universalização

Para evitar que a demora característica da administração pública, os ritos burocráticos, paralise a pesquisa, professores da UFG têm buscado formas que incluam a cobrança por procedimentos e a gestão de fundos de manejo para o funcionamento de laboratórios multiusuários – que atendem estudantes e pesquisadores de diversas áreas, e, em alguns casos, comunidade e empresas privadas.

O Regimento Interno e o Estatuto da UFG ainda não regulam a instalação destes laboratórios (*veja reprodução nesta página*). Por isso, sua implantação tem gerado debates fechados a unidades, que têm autonomia para gerir suas pesquisas segundo critérios próprios. De acordo com a PRPPG, o assunto nunca foi discutido no Consuni.

Uma corrente de professores acredita que cobrar dos usuários, com regras de controle e transparência na gestão dos recursos, é a solução mais prática e eficaz de se manter dinâmica a pesquisa.

Outra corrente defende que a universidade é quem deve ser responsável pela manutenção rápida, eficaz e permanente desses equipamentos, porque consideram que, ao cobrar (alguns laboratórios também permitem a empresas antecipar créditos e fazer pagamentos equipando ou custeando manutenção), unidades privatizam aquilo que é público.

O caso mais recente ocorre na Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, com o início das ativida-

des do Laboratório Multiusuários de Textura, Reologia e HPLC, o LabMulti. Coordenador, o professor Celso José de Moura defende que dada “a necessidade urgente de atendimento à pesquisa de alto nível na UFG, é natural que se priorize esse modelo”.

“Considero despropositada esta preocupação, pelo altíssimo nível tecnológico dos equipamentos e pela real necessidade de possíveis usuários privados”, disse Celso quando perguntado se há risco de a cobrança levar o LabMulti a atender melhor às empresas que à universidade.

“O objetivo do LabMulti é universalizar o acesso aos equipamentos de última geração e de ampla aplicação de forma isonômica a usuários de formação multidisciplinar”, explica o coordenador.

A política de governança do LabMulti foi aprovada sem votos contrários e com apenas uma abstenção no Conselho Diretor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, no dia 20 de fevereiro. Mesmo assim, professores questionam.

“Não sou contra a implantação de laboratórios multiusuários. Mas preocupa-me o fato das análises serem para instituições privadas, uma vez que a estrutura física e equipamentos são financiados para pesquisa”, afirma o professor Flávio Alves, da Engenharia de Alimentos.

“Me preocupa também o deslocamento de técnicos, já que aqui no nosso setor temos vários outros laboratórios e somente três técnicos. Se este tipo de laboratório virar moda, daqui uns dias todos vão que-

rer cobrar por análises. Acho que esta política tinha que ser discutida na UFG”, afirma.

“Aqui é uma instituição de ensino, respaldada na pesquisa, mas é uma instituição de ensino. Os laboratórios passam a ser geridos pela linha de pesquisa”, aponta Magda Matteucci, da Agronomia. “Vejo um processo de privatização, lento e camuflado”, acusa.

Selvageria

Um professor que pediu para não ser identificado afirma que laboratórios, às vezes, são mal utilizados por estudantes. “Há casos de selvageria, depredação de equipamentos e até furto de acessórios”.

Ele afirma que já pagou do próprio bolso pela aquisição de equipamentos. “Não sou coordenador de laboratório, mas já comprei cabos, mouses de computadores. Já cheguei a gastar R\$ 200 de uma vez só”.

“O que os professores querem”, diz, “é que os laboratórios não parem por falta de manutenção e que haja mais responsabilidade por parte dos usuários, tanto pesquisadores quanto estudantes. Porque todos os laboratórios da UFG são financiados pelo governo federal. É obrigação dos usuários mantê-los em funcionamento”.

PRPPG: ‘Não existe desejo de ganho financeiro’

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFG, Divina das Dores de Paula Cardoso diz não existir preocupação quanto à possibilidade de privatização de laboratórios. “Não existe desejo de ganho financeiro, tampouco todos os laboratórios da UFG possuem estrutura física e de equipamentos capazes de atender uma demanda multiusuária”, disse ao JP.

“Por outro lado, o que se tem como preocupação é a manutenção dos equipamentos deste tipo de laboratório que, em vários casos, são de alto custo e complexidade, bem como os insumos necessários para o funcionamento dos mesmos. Daí a necessidade não de cobrança, mas de contribuição daqueles que necessitam utilizar dessa infraestrutura”, esclarece.

A professora Divina ressalta como princípio que “equipamentos e infraestrutura física adquiridas por recurso público devem, sempre que possível, ter a finalidade de multiusuário”. Editais como Proinfra e Pró-Equi-

pamentos, por exemplo, têm esta finalidade como obrigatória.

“Nossa percepção é a de que assim procedendo minimizamos necessidades e aumentamos o potencial de atendimento das nossas pesquisas que em grande parte das vezes utiliza metodologia comum, trabalhada por mesmos equipamentos”, defende a professora.

Cristine Cidade



Divina Cardoso, da PRPPG: aumento do potencial de atendimento

Seção I Do Conselho Diretor

Art. 38. O Conselho Diretor é o organismo máximo deliberativo e de recurso da unidade acadêmica em matéria acadêmica, administrativa e financeira e terá por atribuições:

V - aprovar as atividades de pesquisa e de interação com a sociedade a serem desenvolvidas no âmbito da unidade;

§ 1.º O Conselho Diretor da unidade acadêmica poderá instituir Núcleos de Estudos e Pesquisa, organismos exclusivamente de caráter acadêmico, que congregarão professores, estudantes e servidores técnico-administrativos de uma ou mais unidades acadêmicas com o fito de desenvolver atividades de caráter didático-pedagógico, cultural, artístico, tecnológico e de interação com a sociedade, com os seguintes objetivos:

§ 2.º Se necessário, a unidade acadêmica poderá constituir Órgãos Complementares com atribuições técnicas, científicas ou culturais de apoio às suas atividades de ensino, pesquisa, cultura e interação com a sociedade, cuja criação e estrutura deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário.

Reproduções do Estatuto da UFG: assunto nunca foi abordado no Consuni

LABMIC

Atendimento privilegia universidade

Modelo de produtividade e de governança na UFG, o Laboratório Multiusuário de Microscopia de Alta Resolução (LabMic), do Instituto de Física, atende majoritariamente unidades da UFG e de outras universidades, inclusive estrangeiras (veja quadro). Mas também recebe demandas de órgãos públicos e da iniciativa privada.

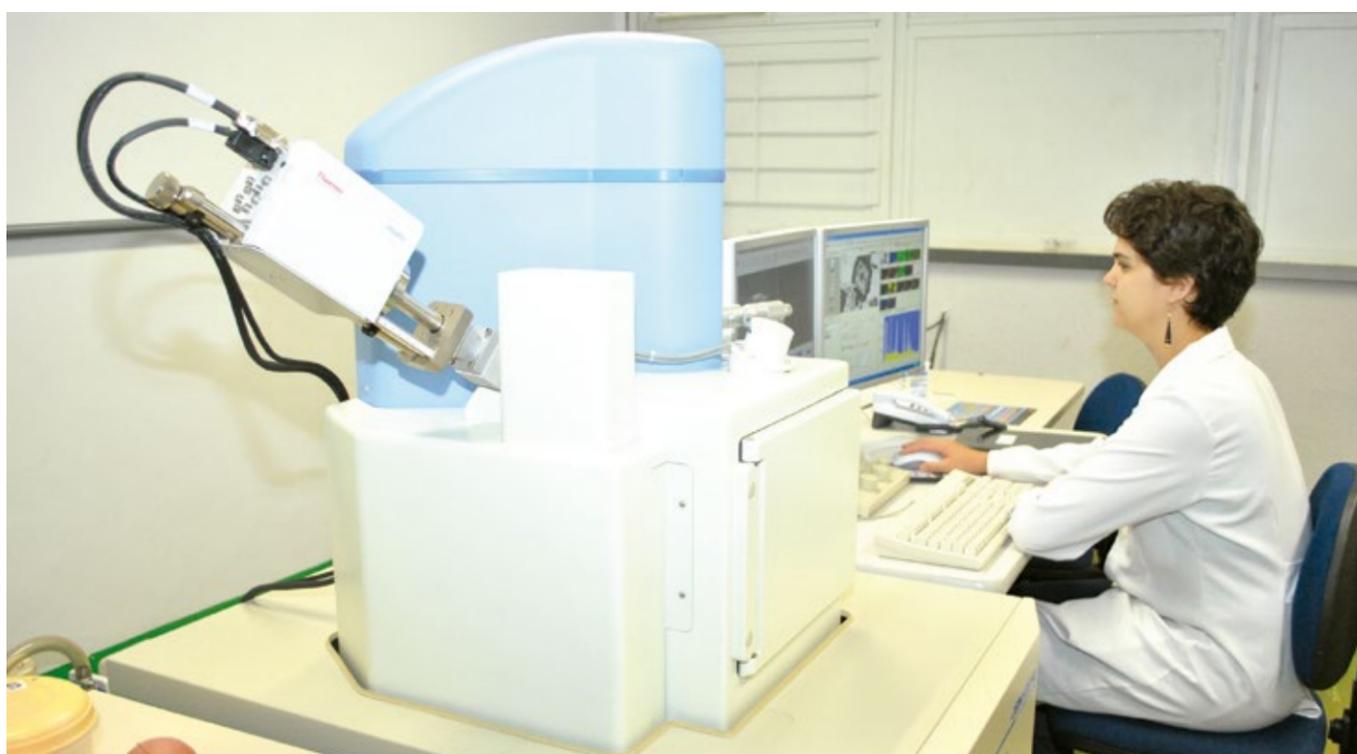
Ali, empresas podem solicitar análises e são atendidas mediante pagamento. Os valores constam em tabelas disponíveis no site do IF (if.ufg.br). Um período de quatro horas de uso do microscópio de força atômica, por exemplo, custa R\$ 150 para a comunidade acadêmica ou R\$ 500 para empresas.

Equipado com recursos do governo federal, o LabMic é administrado por um comitê de cinco professores de diferentes unidades acadêmicas, que define os valores dos serviços. "Cabe a este comitê cuidar para que o laboratório esteja sempre operacional, em condições de atender às demandas dos usuários e cuidar da administração dos recursos", explica o professor Jesiel Freitas Carvalho, coordenador do laboratório.

O centro de pesquisa realiza anualmente um encontro de usuários, quando é feita a prestação de contas de suas atividades. Nesse encontro, são apresentados e discutidos os resultados científicos e técnicos obtidos com as ferramentas do laboratório.

Em 2012 foi realizado o II Encontro Anual de Usuários do LabMic. Seu modelo de governança tem sido adotado por outros centros na UFG. Confira entrevista com o professor Jesiel Carvalho.

Fredrico Oliveira



Técnica atua no LabMic, da Física: atendimento prioritário à universidade. Modelo de governança é adotado por outros laboratórios da UFG

NUMEROS
LabMic

282

análises
realizadas em
2012

59

pesquisadores
atendidos

79%

destas análises
foram para a
UFG

21%

para
solicitantes
externos

Em 2012
o LabMic
atendeu

UnB, UEG, IFG, UNIP,
Universidad de
Cordoba, UFBa, UFT,
UFRGS, Embrapa,
Furnas e três
empresas privadas

Jornal do Professor - Como surgiu o LabMic, de que necessidade?

Jesiel Carvalho - O LabMic é o resultado do esforço sistemático, ao longo de vários anos, de professores de diferentes unidades acadêmicas da UFG com a finalidade de implantar em nossa universidade uma infra-estrutura em microscopia de alta resolução. Microscópios de alta resolução, de diferentes tipos, são imprescindíveis em quase todas as áreas de conhecimento, desde a análise de peças raras de museus, perícia forense, até aquelas onde estas técnicas são rotineiras como a física, química, biologia, engenharias, saúde humana e animal, entre outras. O LabMic é resultado do esforço para suprir esta ampla demanda.

JP - Qual a importância do LabMic para pesquisa na UFG?

Jesiel - Para um grande número de linhas de pesquisa é fundamental ter informações em escala micro ou nanométrica. O LabMic proporciona alguns dos instrumentos que possibilitam o acesso a tais informações. Sem esta infra-estrutura, os pesquisadores teriam que recorrer a equipamentos instalados em instituições de outros estados, o que, por um lado, dificultaria e atrasaria o processo de investigação, diminuindo a competitividade da pesquisa realizada, e por outro, inviabilizaria as investigações envolvendo amostras sujeitas a algum processo de envelhecimento. Portanto, para muitos projetos de pesquisa, o LabMic representa a diferença entre fazer pesquisa científica e tecnológica, original e competitiva, ou não.

JP - Por que é importante essa característica multiusuário?

Jesiel - Há dois aspectos que devem ser destacados neste ponto. O primeiro deles é que a natureza multiusuária, possibilitando o uso dos mesmos instrumentos por muitos pesquisadores, permite a

racionalização e otimização dos recursos investidos e torna mais fácil a manutenção de equipamentos caros e complexos, cujos custos operacionais são muito elevados. Por outro lado, a natureza multiusuária do laboratório permite uma maior integração entre pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, favorecendo o ambiente cooperativo, que é uma exigência da atividade científica moderna.

JP - Como é a participação da iniciativa privada no LabMic?

Jesiel - Até o momento esta demanda tem sido pequena, mas acreditamos que esta é uma atividade importante por contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Estado e, conseqüentemente, para seu desenvolvimento econômico e social.

JP - A iniciativa privada pode antecipar créditos e realizar pagamentos equipando ou custeando manutenção de laboratórios. Comparando a burocracia e a falta de investimento em pesquisa por parte do poder público com a dinâmica do mercado, há risco de o laboratório servir mais às empresas que à universidade?

Jesiel - O LabMic, por suas características, é um laboratório voltado principalmente para as pesquisas acadêmicas, ficando o atendimento a empresas privadas como uma atividade complementar. É importante esclarecer ainda que não é correta a afirmação de que falta investimento público em pesquisa, pelo contrário, a quase totalidade dos investimentos em pesquisa são provenientes do poder público e temos tido, em anos recentes, um bom nível de investimentos. Quanto ao investimento privado, infelizmente, há pouco, apesar de que seria desejável haver mais. Quanto à burocracia, é verdade que poderia ser mais simplificada, mas não tem sido um obstáculo intransponível.

Mulheres muito al

Autora de livro que discute gênero a partir de romances de José de Alencar, a professora da Faculdade de História Ana Carolina Soares ampara-se no feminismo para romper com visões de mundo heterossexuais, binárias, mononucleares. Em entrevista à colega de faculdade Sônia Maria de Magalhães, Ana Carolina localiza a mulher brasileira e fala da importância política do Dia Internacional da Mulher

Sônia Maria de Magalhães - O que a motivou a escolher a mulher como objeto de pesquisa?

Ana Carolina Eiras Coelho Soares - Desde a graduação, uma das coisas que mais me inquietava era este silêncio com relação a personagens que, de certa maneira, representam a mim, mulher. E eu me perguntava, por que na História não existem mulheres? Onde elas estão na História? Será que elas nunca fizeram nada? Porque era isto que a gente ouvia. Quando a mulher era citada, ela tava sempre em casa, cuidando dos filhos e da família. Então, esta permanência de uma história de três linhas sempre me incomodou muito. Até que na graduação eu me aproximei dos estudos feministas, os estudos sobre a mulher e sobre o gênero, e ao descobrir John Scott e toda esta discussão feminista, eu me encontrei nos estudos históricos. E entendi a importância de se pensar historicamente a mulher, de se historicizar o que é ser mulher. Hoje eu posso dizer que não existe um ser mulher, mas um tornar-se mulher, parafraseando Simone de Beauvoir.

Sônia - Seu livro tem um título muito sugestivo: "Moça educada, mulher civilizada e esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar". O que a levou a eleger o romance como fonte de pesquisa em História?

Ana Carolina - Uma questão pessoal. Eu adoro ler romances. E esta noção de que o romance naturaliza e essencializa uma ordem para o feminino e para o masculino auxilia de uma certa maneira o entendimento de sentimentos sobre o mundo. Você passa a agir no mundo porque você se sente assim, você passa a agir no mundo porque isto faz

Fredrico Oliveira



Ana Carolina e Sônia: mulheres não ficaram quietas frente a discursos masculinos

parte da sua essência, há uma essencialização da natureza, de uma coisa que é historicamente construída. Colin Campbell tem um livro fundamental, "A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno", em que ele diz que o romance funciona como um disparador, quase que midiático, do que é seu lugar no mundo, e que o romance como uma narrativa ensina através dos sentimentos, ensina a viver neste mundo capitalista de consumo. O romance é prioritariamente um tipo de leitura feminina. Uma outra coisa vem na minha cabeça agora, é que o romance é literatura de mulher, os homens não lêem. O que as mulheres liam no século XIX foi minha primeira pergunta. O que estas mulheres liam e portanto consumiam como discurso no final do século XIX?

Sônia - Poucas pessoas eram letradas no século XIX. Certamente que se as mulheres liam romance, então poucas mulheres liam romance. Neste sentido, que mulher, ou quais mulheres, referindo-se à condição social, José de Alencar focaliza em sua narrativa?

Ana Carolina - Mulheres de camadas médias e altas, basicamente. No Brasil, tínhamos mais de 90% da população iletrada, mas não podemos perder de vista como as pessoas faziam leitura. José de Alencar era o leitor da casa, uma função hoje que a gente sequer conhece. Ele era um menino letrado que lia para as mulheres da casa que estavam costurando à tarde. Uma pessoa letrada lia provavelmente para várias pessoas que não eram letradas, e este tipo de leitura era muito comum no século XIX, leitura em voz alta. Então o alcance da leitura nem sempre está restrito aquele que sabe ler. Mas, basicamente, Alencar estava preocupado com as mulheres de camadas médias e altas. Imbuídas de um espírito civilizatório, muito presente no século XIX, com as discussões de nação, do que é o Brasil, estas mulheres serão as responsáveis por passar o exemplo do que

é ser, digamos, a mãe exemplar, a mulher exemplar, a esposa exemplar.

Sônia - Então José de Alencar pode contribuir com os estudos de gênero no Brasil?

Ana Carolina - Eu acho que sim. Num primeiro momento, quando os estudos sobre a mulher, feministas, começaram a ser realizados no Brasil, especialmente no que tange à História, se fez muita pesquisa sobre aquilo que se falava sobre a mulher, mas com registros das mulheres no passado. Eu acho importante, mas percebo que alguns discursos sobre a mulher ainda precisam ser estudados e pesquisados, no sentido de entender que sentidos eles criam para estas permanências que eu estou apontando. Falo de sentido porque é aquilo que a gente ainda hoje sente, que a gente ainda hoje constrói como parte da nossa verdade. Acho que ele pode contribuir como um homem extremamente influente na sua época, um literato, político, cronista, jornalista. Ele criou discursos sobre a mulher, discursos consumidos até hoje. Por que ainda se lê "Lucíola" na escola? Eu li "Lucíola", li "Senhora", li "Diva" quando eu era criança, adolescente, na escola. Estes romances ainda são discursos legítimos socialmente. É importante entender que tipo de texto estamos lendo, produzindo e reproduzindo na sociedade.

Sônia - A historiografia tem mostrado que a identidade da mulher resultou de uma construção dos discursos masculinos, médicos e jurídicos do século XIX. Nesta concepção, elas deveriam ser mães, confinar-se no privado, cuidar da casa, ficarem quietas. Mas elas não ficaram quietas. Ora rebelando, ora negociando, a verdade é que a mulher vem galgando cada vez mais espaço na sociedade. Você acha que a mulher tem pago um preço por estas conquistas?

QUEM É QUEM

• Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Graduada, mestre e doutora em História (UERJ). Professora da Faculdade de História da UFG

• Sônia Maria de Magalhães
Graduada em História (UFOP), mestre e doutora em História (Unesp). Professora e coordenadora do Laboratório de Ensino da Faculdade de História da UFG

ém da sensualidade

Ana Carolina – Acho que todos os seres humanos pagam preço, esta expressão é muito interessante porque todos os seres humanos pagam preço por suas atitudes em sociedade. Não existe atitude humana que não tenha conseqüência, mas considero crucial, fundamental todos estes passos que os movimentos feministas tem dado ao longo dos anos. Eu considero que o do século XVIII, eu diria que de Olympe de Gouges na Revolução Francesa até hoje, todo este movimento de entendimento de uma certa igualdade na diferença, digamos assim, entre mulheres e homens, é fundamental para que a gente possa construir um mundo bem utopicamente mais justo.

Sônia – Gilberto Freire, nas suas diversas obras, sobretudo em “Casa Grande e Senzala”, foi um dos maiores divulgadores da sensualidade da mulher brasileira, sobretudo das índias, na interação com os portugueses, depois das negras e mulatas. Esta é uma referência ainda muito presente na nossa sociedade e a questão da sensualidade, amplamente utilizada para justificar assédios moral e sexual das mulheres. Como a História pode contribuir para a releitura da sociedade brasileira, de forma mais imparcial e menos preconceituosa?

Ana Carolina – A primeira coisa é pensar que são estereótipos criados, reforçados e reensaiados. No caso das índias, a nudez e a ‘falta de vergonha’, a inocência, criam uma imagem complicada dessa beleza sensualizada. No caso da mulata, vemos a reedição dessa invenção estereotipada em todo carnaval. Temos que começar a pensar que não existe uma identidade única. A história é fundamental para pesarmos como narramos o passado com os olhos do presente. Toda história é uma história contemporânea. Nós contamos uma história heterossexual, binária, de uma família mononuclear. Tentamos o tempo todo encontrar a nós mesmos na história.

Sônia – É algo que não pode ser esquecido: Gilberto Freire contempla a sociedade brasileira a partir da casa grande, da elite.

Ana Carolina – De uma certa maneira, ele está se referenciando à ‘boa sociedade’, aquele que é o exemplo de tudo. Os estudos de gênero provenientes dos estudos feministas, fundamentais para a renovação desses estudos históricos, vão mostrar outras dinâmicas familiares, outros laços de solidariedade, outras formas de socialização, maneiras de viver, de pensar, de sentir. Margareth Rago quando fala dos anarquistas, Rachel Soihet quando fala das camadas pobres no Brasil no início do Século XX — tenho até medo de citá-las porque posso esquecer autoras importantíssimas e fundamentais — vão reconstruir uma outra história que parece ser apagada de nossa memória e do nosso ensinar. Porque ensinamos uma história assim, heterossexual, binária, mononuclear. Parece que criamos um ser cristalizado no tempo e esquecemos que o ser humano age no tempo a partir de uma construção cultural. A história é fundamental para a compreensão de que o homem é mutável, multifacetado, polissêmico. Os estudos históricos estão na base dessa discussão sobre gênero, sexualidade e identidades sociais.

Sônia – O feminismo ainda é um tema importante a ser debatido na sociedade brasileira?

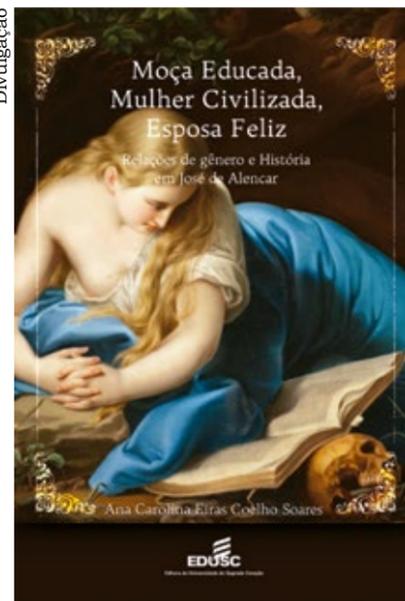
Ana Carolina – Totalmente. Acho que ele tem de fazer parte do nosso cotidiano. Principalmente no que tange a esta questão que você falou da sensualidade da mulher. Na sociedade contemporânea ocidental criamos uma idéia de que a mulher essencialmente tem que ser bela e sensual. A partir disto é que a mulher é vista socialmente. De uma certa maneira, levando esta lógica a uma última instância, uma mulher feia não tem valor social, não tem voz, não tem ação na sociedade. Isto não equivale para o

masculino. Um homem é, uma mulher é o complemento. De certa maneira, o homem é a constituição social, ele é socialmente, ele é investido pra se tornar uma figura de ação, uma figura de fazer na sociedade, ele essencialmente é as suas palavras, as suas ações, o seu fazer. A mulher é essencialmente a sua beleza. O feminismo vem pra desmascarar um pouco isto. É óbvio que existem exageros, existem representações radicais, mas a radicalidade existe muitas vezes para denunciar. Uma mulher que não é sensual é imediatamente desvalorizada dentro do seu grupo. Nós ainda somos o outro. O feminismo vem no sentido de denunciar e criticar esta desigualdade que existe entre a mulher e o homem na sociedade.

Sônia – Entre perdas e ganhos, o que a mulher tem a comemorar no dia 8 de Março?

Ana Carolina – Eu acho que o nosso dia é um dia político.

Ele é um marco da importância da atuação da mulher no dia a dia da sociedade. A gente tem a comemorar o fato de que hoje você está me entrevistando sem ter de pedir permissão pra pai, ou pra marido, que eu estou sendo entrevistada sem ter de pedir permissão para pai ou pra marido, que eu posso votar, que hoje eu posso comprar uma casa, eu posso viajar pro exterior, sem ser considerada legalmente — isto não significa que eu não seja considerada moralmente — uma pessoa incapaz. Eu fico muito incomodada quando eu vejo gerações mais novas dizendo que o feminismo não foi importante. Eu penso, nossa, essa moça só está falando isto porque uma feminista um dia lutou por ela, essa moça só tem direito à voz, a voto, à escolha social, porque um dia, uma outra mulher, antes dela, disse que mulheres tinham o direito de serem iguais socialmente aos homens. O fato de que a gente conseguiu direitos sociais, direitos jurídicos, não significa que houve um acompanhar das expressões e, me perdoe, das mentalidades. O que eu discuto um pouco na minha dissertação, e o que eu discuto nos meus projetos de pesquisa é justamente estas permanências de quadros de representações, quadros mentais, em que coletivamente a mulher, embora tenha alcançado vários direitos, ainda é pensada socialmente como um ser inferior. Então o dia 8 de Março é um ganho político, é um espaço de fala, um espaço de denúncia, de crítica, de reflexão.



ANOTE

“Moça Educada, Mulher Civilizada e Esposa Feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar”

Editora
Edusc
Preço
R\$ 43,90
Onde comprar
edusc.com.br

Fredrico Oliveira



Ana: estereótipos ainda são reforçados

Fredrico Oliveira



Sônia: balanço entre perdas e ganhos

EXTENSÃO

Educação pelo ‘caminho das mãos vazias’

Faixa preta, professor do Serviço Social dá aulas grátis de Karatê-Dô para alunos e colegas

O alcance do equilíbrio entre corpo e mente é o que buscam professores, alunos e moradores da Cidade de Goiás quando procuram Thiago Sant’Anna, apaixonado e faixa preta primeiro Dan em Karatê-Dô.

Professor do Serviço Social, Thiago coordena curso de extensão em que dá ensinamentos básicos da arte marcial a turmas de 15 pessoas, com 60 horas/aula, de graça, durante encontros semanais.

“O trabalho com o corpo, a prática do esporte, as atividades culturais, são estratégias indispensáveis para estabelecermos relações de respeito, atenção, relações humanas entre pessoas”, ressalta Thiago.

Aquivo Pessoal



Thiago Sant’Anna, à frente do grupo, com a faixa preta, durante aula a estudantes e colegas no Campus Cidade de Goiás: equilíbrio

A atividade começou quando alunos e alunas o viram praticando Karatê e o procuraram. Queriam aprender técnicas. “Penso que acreditavam que o Karatê era apenas uma luta. Depois compreenderam que o “caminho das mãos vazias” (significado do Karatê-Do) é um estilo de vida”, explica.

Participantes se empolgaram com a dinâmica de Thiago:

passaram a participar efetivamente das aulas, compraram kimonos, pesquisaram a arte marcial, embora o curso não esteja focado em formar profissionais.

“Sequer formar atletas ou pessoas que saiam às ruas para usarem o Karatê-Dô como arma, provocarem violência. Ao contrário, nós acabamos nos divertindo muito nas aulas”, diz o karateca.

Desdobra

Doutor em História pela UnB (sua defesa ocorreu no mesmo ano em que conquistou a faixa preta), Sant’Anna se desdobra para cuidar das aulas no Serviço Social, pesquisa, administração, publicar artigos, participar de eventos.

Esses desafios o fizeram pensar em desistir. “Mas em uma cidade onde existem poucas formas de lazer e oportunidades de prática esportiva, renovei minhas forças, e estamos aí para mais um ano de Karatê-Do no Câmpus Cidade de Goiás”, empolga-se.

Os efeitos são nítidos: alunos e alunas que praticam Karatê-Do com Thiago assumem outro comportamento em sala de aula. “Passam a dar mais importância para o estudo, a se respeitarem mais uns aos outros, a acreditarem no seu potencial”, confere.

“O que eu espero é que esses benefícios alcancem outras dimensões de suas vidas, e não somente a vida universitária da sala de aula”, diz.

FILOSOFIA

Joel reencontra Chauí

Em Goiânia para participar do Café de Ideias no Centro Cultural Oscar Niemeyer (com a presença de mais de mil ouvintes), a filósofa Marilena Chauí aproveitou para rever o ex-orientando de doutorado e ex-reitor da UFG Joel Pimentel Ulhôa, no último dia 13 de fevereiro.

“Marilena nos coloca diante de um raciocínio cerrado, que levanta todos os obstáculos que se antepõem ao projeto democrático e que permeiam e constituem nossa realidade econômico-social. Ela mostra a dificuldade prática de se conciliar, de um lado, o poder, que pertence ao cidadão, e de outro, o governo, que é o exercício de par-

cela desse poder que o cidadão, por meio de eleição, delega a quem compete, então, administrar pelo bem da coletividade”, reflete Joel.

“O problema, em síntese, reside aí: o exercício do poder pelo governo é – e isso se vê, não apenas no Brasil, mas pelo mundo em geral – contaminado pelo jogo dos acordos, dos acertos de gabinete, dos conchavos, o que torna difícil a conquista real da democracia, sem uma urgentíssima reforma política”, diz.

Marilena Chauí também se encontrou com os professores Lisandro Nogueira, Nasr Chaul e José Ternes, também ex-orientando.

Carlos Siqueira/Ascom/UFG



Ellen Synthia, do ICB, durante o lançamento da campanha conjunta: monitoramento do vírus e atividades educacionais

AÇÃO CONJUNTA

ICB, Estado e município na luta contra a dengue

No intuito de controlar o avanço da dengue em Goiás, o Grupo Integrado de Ações contra Dengue da UFG (GIAD/UFG) firmou parceria com as secretarias Municipal e Estadual de Saúde, e com a PUC-GO, para programas que dispersem mais informações sobre a doença e o vetor e das formas de evitá-los.

“Melhorias nas atividades de vigilância epidemiológica, com monitoramento tanto dos tipos de vírus circulantes, quanto dos insetos vetores e nas atividades de educação e

mobilização da população são fundamentais para a redução da transmissão do vírus, e consequentemente da ocorrência da doença no estado de Goiás”, diz a coordenadora do GIAD, Ellen Synthia (ICB).

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, este anos foram registrados 48 mortes com suspeitas de dengue. O número é mais da metade do que o alcançado em 2010, quando houve recorde histórico de contaminação. A expectativa é que 120 mil novos casos sejam registrados esse ano.

Macloys Aquino



Marilena Chauí e Joel Ulhôa, em restaurante da Capital: “A filósofa nos coloca diante de um raciocínio cerrado”

DEDICAÇÃO

Aposentado sim, inativo jamais

Braz José Coelho recusa aposentadoria e atua como docente voluntário no Câmpus Catalão

Aos 70 anos, a aposentadoria é obrigatória ao servidor público federal. O contracheque passa a estampar “inativo”, como um destino irrevogável. Aos 75 anos, Braz José Coelho, professor do Câmpus Catalão, se recusou a aceitar tal situação. Há cinco anos, é docente voluntário na UFG. O professor ministra aulas na graduação e pós-graduação em Letras e não recebe nenhum auxílio além de sua aposentadoria.

A escolha veio do amor pela profissão. “A UFG foi uma das coisas mais importantes na minha vida. Posso dizer que eu não consigo me ver a não ser trabalhando nesta profissão. Ela me permitiu realizar a possibilidade de trabalhar como professor e como pesquisador e também como escritor”, diz Braz.

Na UFG, a Resolução nº 476, aprovada em 1999 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec), estabelece programa de docência voluntária, em que somente professores doutores aposentados podem se candidatar como voluntários. É necessário também ao candidato ser reconhecido por sua produção científica, cultural ou artística.

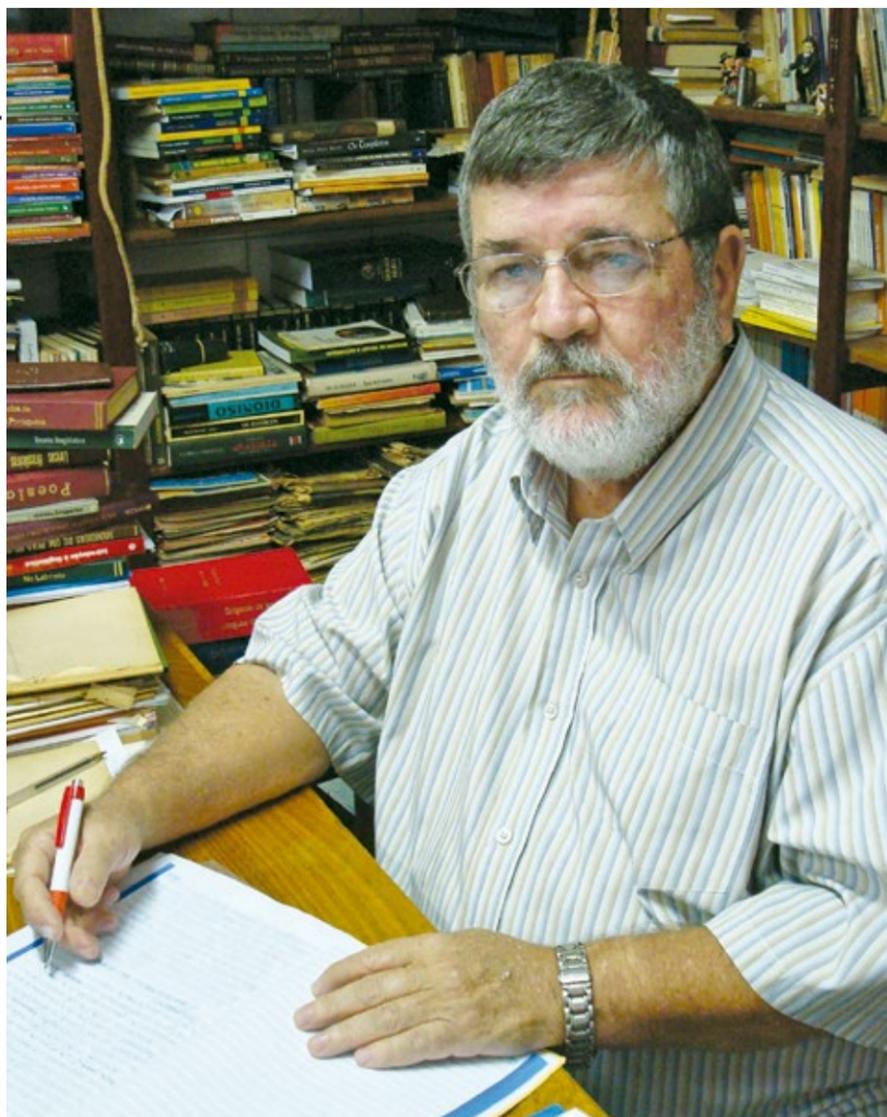
O docente deve apresentar um plano de prestação do serviço voluntário, onde discrimina as atividades a serem desenvolvidas. Também deve preencher um formulário de inscrição, assim como encaminhar uma cópia do currículo Lattes.

A participação no programa é de dois anos, sendo necessária a renovação. Para tanto, se faz uma avaliação das atividades exercidas durante o voluntariado. Para Braz, somente este programa não é suficiente. Para ele devem ser pensadas novas formas para que o aposentado continue auxiliando a universidade.

“O aposentado é uma espécie de, como já vem mesmo no contracheque, inativo. É considerado uma pessoa que não tem mais capacidade de trabalhar, o que não é verdade. Eu, por exemplo, estou com 75 anos, são cinco anos que continuo trabalhando”, diz.

Braz pede mais espaço para o aposentado. “Por exemplo, o professor Egídio Turchi, que foi meu professor, quando chegou aos 70, estava forte e com uma capacidade de trabalho muito grande e, todos nós, na época do ICHL, quando tínhamos alguns problemas, recorriamos ao professor Egídio. Era ele quem resolvia, porque ele tinha

Arquivo Pessoal



Braz José Coelho em sua sala: “Não consigo me ver a não ser trabalhando nesta profissão”

uma capacidade, um conhecimento muito grande”.

Braz acredita que Turchi poderia continuar na universidade como “uma espécie de consultor para os novos que estavam entrando ou os novos que estavam trabalhando”. “Eu não sei se esta forma é legal ou não, mas eu acho que no momento é necessário colocar isto em pauta como uma reivindicação”.

Dificuldades durante estruturação da universidade

Braz entrou na UFG ainda no antigo ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras). Desde então, são mais de quarenta anos de trabalho, nos quais dificuldades foram enfrentadas. A falta de espaço físico foi problema no início da carreira.

“Durante muitos anos dei aula num seminário, naquela saída do Novo Mundo (Goiânia), porque não tinha outro prédio. O primeiro problema que tivemos foi justamente a construção dos prédios, a construção do Câmpus II, e nós ficávamos mudando”, lembra o professor.

Braz conta que, no período da ditadura militar, os docentes precisavam “pisar em ovos” no

Geraldo Faria

Na edição passada, o JP trouxe reportagem em que o professor aposentado do Cepae Geraldo Faria Campos reclamou que toda sua experiência de mais de 30 anos de sala de aula não é aproveitada pela universidade. Ele, que é professor emérito, disse que, para ele, a maior importância do título – recebido em março – é a possibilidade de voltar a trabalhar.

exercício de suas funções. O terror implantado pela presença dos militares na universidade impedia até mesmo as atividades acadêmicas.

“Eu lembro uma vez que o Jorge Amado esteve em Goiânia. Nós do curso de Letras o convidamos para um encontro no ICHL. Existia um coronel que ficava dentro da universidade, e o coronel não aceitou o Jorge Amado fazer uma palestra lá pra nós, porque era considerado subversivo. Resultado: muitos de nós professores recebemos sérias advertências por um ponto assim tão simples e necessário como levar um escritor com o peso de Jorge Amado para dar uma palestra”.

‘Estou me construindo ainda, estou me fazendo’

Que conselho Braz José Coelho deixaria para os professores? “Eu não saberia dizer o que alguém deveria fazer. Só digo que na nossa profissão lidamos com um conhecimento, com o saber, o saber sabido e o saber não-sabido, o saber construído, modificado. Nós temos nossas bibliotecas, nossos laboratórios, nossos museus e isto aí está conservando este saber”.

“Então é trabalhar sinceramente, sem preconceito nenhum e com humildade. Nós trabalhamos com pessoas. Os nossos alunos são pessoas, professores são pessoas e temos que nos respeitar, temos de perceber e trabalhar sempre com esta ideia de que não só ensinamos, mas acima de tudo aprendemos”, reflete.

“Eu me vejo totalmente diferente do que há dez anos, do que há vinte anos, do que há trinta anos, do que há quarenta, cinquenta anos atrás eu me via. A gente nunca tem uma visão da gente mesmo. Eu acho que eu estou me construindo ainda, eu estou me fazendo e eu não sei pra onde eu vou. A única coisa que eu posso dizer é que ainda estou vivo, trabalhando, o que é, pra mim, uma vantagem”.

SAIBA MAIS

- A legislação estabelece que somente a aposentadoria por tempo de serviço ou aquela cujos motivos forem considerados insuficientes – invalidez não comprovada – pode ser revertida.
- Quando o servidor completa trinta e cinco anos de serviço, pode voltar à atividade com o interesse do órgão onde estava lotado, sob algumas condições.
- É necessário que exista vaga, a aposentadoria tenha sido solicitada em até cinco anos, e que, durante a atividade, o funcionário público fosse estável.
- Ao aposentado compulsoriamente pela idade, não há, entretanto recurso disponível. O trabalho voluntário é uma possibilidade.
- Como voluntário, não há vínculos empregatícios ou obrigações previdenciárias e trabalhistas. Apenas despesas decorrentes do exercício do voluntariado podem ser ressarcidas.

MOVIMENTO DOCENTE

Más condições de trabalho às vistas

Professores e professoras do CAJ aproveitam presença do reitor para expor precariedades

Professores de Jataí aproveitaram a presença do reitor Edward Madureira Brasil para expor a realidade de más condições de trabalho que ameaça não só a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação no CAJ, mas também a integridade física dos docentes.

Mais de 60 professores, além de servidores técnico-administrativos e estudantes, sabatinaram Edward no dia 21 de fevereiro, no auditório do CAJ. A sessão foi mediada pela Adufg Sindicato, que solicitou a presença do reitor após encontros com os professores, ocorridos durante a greve de 2012.

Risco de intoxicação e acidentes de trabalho em laboratórios, falta de segurança, obras inacabadas, instalações inadequadas, infiltrações, constantes quedas de energia elétrica e má qualidade de Internet fazem parte do cotidiano de profissionais, que questionaram porcentuais de insalubridade recebidos e denunciaram sobrecarga de trabalho.

“Outro dia, pedi para consertarem as lupas do laboratório, a fiação. Disseram que não tinha jeito e que ‘um choquinho de vez em quando é bom’”, contou Fernando Gielfi, professor da Agronomia, coordenador da empresa júnior. Ele afirma já ter levado choque no laboratório. “Somos professores de segunda categoria? Nós merecemos isto?”, indignou-se.

“Nos preocupa que os laboratórios não tenham saída de emergência ou lava-óleos, não têm lavagens, trabalhamos com capelas que jogam gases em pontos coletivos, onde estão alunos. É uma realidade”, denunciou o técnico do Laboratório de Solos Marcos Humberto Assis.

O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor



Fotos: Macloys Aquino

Professores, técnicos e estudantes participam da reunião com o reitor em Jataí: reivindicações

(Siass), órgão formado por três técnicos e uma engenheira em Segurança do Trabalho, faz levantamento para verificar as condições de trabalho em toda UFG.

A reitoria admite que há quem ganhe o benefício abaixo do devido e quem o receba sem direito. Por isso o Siass tem feito visitas e elaborado laudos, usados como referência para revisar os porcentuais de insalubridade pagos aos servidores.

“Cortaram insalubridade de técnicos e mantiveram dos professores. No relatório, disseram que o trabalho é com reagentes químicos em pequena quantidade. Mas não é a quantidade que vai me fazer mal. Por isso acionamos o MP contra esse processo”, acrescentou Marcos, aplaudido.

Titular do Departamento de Genética e Melhoramento Vegetal, o professor Edésio Fialho dos Reis relatou dificuldades para professores buscarem recursos fora da universidade. Aprovada em 2010 para a construção de um laboratório multiusuário, uma verba via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) até hoje não saiu. “Enquanto

isso, equipamentos são adquiridos e ficam encaixotados, porque não tem espaço para usa-los”, disse.

Licenças e remanejamentos de professores levaram a turma da estudante de Direito Maria Vitória Khral a ter disponíveis apenas duas disciplinas. “Isso desanimou muitos colegas. Quem trabalha e tem filho saiu, foi para particular”, desabafou.

Autonomia

Em outubro de 2012 o JP publicou, na reportagem “Sentimento de colonizado”, denúncias de professores quanto à falta de autonomia para o Câmpus Jataí resolver seus próprios problemas. De lá para cá, pouco ou quase nada mudou.

“Temos autonomia para fazer as compras, mas não temos pessoal suficiente para isso. A autonomia existe, mas não tem condições de ser executada perante as dificuldades impostas, não temos condições de circular o dinheiro”, apontou a professora Cecília Nunes Moreira, da Veterinária.

Helga Maria Martins de Paula, professora do Direito, apontou um déficit de mais de 100 professores,

reiterou a falta de autonomia financeira da unidade e relacionou os problemas do CAJ à nova Lei 12.772, que, segundo disse, “desmantela nossa carreira e nos impossibilita vislumbrarmos a solução desse déficit”.

Da Pedagogia, o professor Fernando Silva dos Santos aproveitou para perguntar ao reitor sua opinião sobre a Lei 12.772, que para ele foi “estranhamente aprovada em tempo recorde, mesmo com a complexidade das articulações políticas no Congresso”.

Presidente da Adufg Sindicato, a professora Rosana Borges, que mediava a reunião, interveio: lembrou que o tema do debate era estrutura e condições de trabalho e que reestruturação da carreira é debate que está por vir.

Rosana informou que o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim, já tem compromisso de ir a Jataí para este debate, que só não está agendado por falta de diretrizes do MEC para regulamentar progressões na carreira.

Além de Rosana, o diretor adjunto administrativo da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva, também esteve presente.



Fernando Gielfi, da Agronomia: “Somos de segunda categoria?”



Helga de Paulo, do Direito, disse haver um déficit de mais de 100 professores



Cecília Moreira, da Veterinária: autonomia sem executabilidade



Maria Vitória, estudante de Direito: situação que desanima colegas

Direção do CAJ tem autonomia, diz Edward

O reitor da UFG, Edward Madureira Brasil (foto), não deixou questionamentos de professores, técnicos ou estudantes sem resposta na sabatina que durou duas horas e meia em Jataí. Ele explicou que a maioria dos problemas advém da expansão do CAJ ocorrida antes do Reuni (2005), resultado de pactuação com o próprio Câmpus Jataí.

A sobrecarga de trabalho dos professores, apontou Edward Brasil, decorre principalmente da falta de técnicos administrativos, que, segundo ele, é da ordem de mil servidores em toda UFG. A situação é mais agravada no interior, mas o reitor explicou que essa é uma situação que se repete em todo País.

Ele adiantou que há acordo entre a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da qual é vice-presidente, e o MEC, de se alcançar a proporção de um técnico para cada 15 estudantes em todas as universidades federais brasileiras. Em Jataí, essa relação chega a um técnico para atender 60 estudantes.

Edward afirmou ainda que grande parte das soluções pode ser buscada pela própria direção da unidade. Diretor do Câmpus Jataí, Wagner Gouvêa dos Santos não esteve presente na reunião. O vice-diretor Alessandro Martins, nada comentou durante o encontro. Confira as respostas do reitor, por tema.



EXPANSÃO E REUNI

A expansão do Câmpus Jataí e do Câmpus Catalão não é uma expansão dentro do programa Reuni. O Reuni foi responsável pela expansão final dos cursos, mas a expansão do CAJ é de 2005, do programa de interiorização, anterior ao Reuni (2007). São dois momentos de expansão, trabalhados pelo MEC em condições diferentes. As condições do Reuni são muito mais favoráveis do que a expansão I. A série de problemas decorre do planejamento feito à época. A realidade para execução do projeto não tinha condições ideais.

SOBRECARGA

Sobrecarga de professores decorre da falta de técnicos administrativos, que beira mil técnicos em toda UFG, mais agravada no interior, onde já começou defasada na saída. Mas não tem lógica a relação aluno-professor aqui ter crescido com o Reuni, tem que checar nas planilhas. Se tiver erro, temos que corrigir, mas acredito que não há erros. Quanto à autonomia para compras: dar mais autonomia ao câmpus, sem passar por Goiânia. Catalão já avançou bastante nisso, muitos itens eles compram mais rápido que Goiânia. Quanto a atrasos no Cegef: isso é excesso de trabalho, damos a mão à palmatória.

Fotos: Macloys Aquino



Platéia ouve atenta respostas do reitor Edward Brasil: insatisfações

PROFESSOR/ALUNO

A relação aluno-professor na UFG é muito abaixo daquela do Reuni. Nossa relação é em torno de 10 por um, mesmo com o Reuni que pensava em 14 por um. Então tem gordura na universidade? Provavelmente tem, e eu discuti muito isto aqui no Conselho com vocês. Agora, só tem jeito de corrigir isto é com um modelo único na Universidade que resolva estas questões. Vamos dizer que tem um curso em Goiânia que ta sobrando professor, acho que o problema nosso é outro. É oferta de disciplina muito desorganizada, oferta sobrepostas de disciplinas.

ESTATUTO

É um avanço enorme a divisão dos recursos com base no tamanho dos câmpus, aprovado por unanimidade no Consuni. O novo estatuto, ele foi todo desenhado nisto. Acho que o grande salto que essa universidade dará é em direção à universidade multicâmpus, independentemente se algum câmpus se emancipe neste processo. A divisão do poder nos conselhos superiores da universidade vai refletir justamente isto mais uma vez. A nossa expectativa é que este ano o Estatuto seja aprovado e ano que vem ele seja implementado.

FINANCIAMENTO

O financiamento do CAJ (2005) era uma parte do recurso de Goiânia. A reitoria decidia aplicar recursos no campus baseada em critérios não objetivos. Nós fizemos uma resolução do Conselho Universitário onde os câmpus passaram a ser avaliados e tratados exatamente como as universidades são avaliadas pelo MEC, ou seja, os recursos são distribuídos de acordo com o quantitativo de alunos. Isto traz uma busca de isonomia do tratamento de estudantes e professores dos câmpus da UFG.

EMPREITEIRAS

Tivemos a redução de 57% dos funcionários da prefeitura (de Jataí, à disposição do CAJ). Isso fez com que o câmpus utilizasse parte do seu recurso de custeio para isso. Mas em 2013, com apoio do prefeito e do MEC, teremos essa solução. Tenho certeza de que esse ano teremos situação bem melhor de orçamento. Convivemos com problema adicional, recorrente, com as empreiteiras. Infelizmente, as empresas não honram com a universidade aquilo que pactuaram. Muito do colocado aqui é em decorrência disso. Isso não é Jataí, Goiânia ou Goiás, é o Brasil inteiro vivenciando esse problema com empreiteiras.

AUTONOMIA

Investimentos maiores tem sido feitos com recursos que a reitoria busca de diferentes formas, emendas parlamentares ou em Brasília diretamente. Licitações e obras já iniciadas superam o que foi pactuado com o governo federal em média 70%, 80%. Sabendo que essa pactuação não seria suficiente, buscamos soluções. Conhecemos dificuldades de infraestrutura, que estão além das nossas possibilidades de solução imediata. Mas muitas questões do dia-dia do câmpus, energia elétrica e pequenas reformas, essa orçamentação do câmpus é também para dar conta disso. Trabalhamos com a lógica de que o campus possa exercer essa autonomia.

Direito ao devaneio

Discípulo do teórico Luis Alberto Warat, professor do CCG se questiona e instiga os alunos por meio do surrealismo jurídico

“A Faculdade de Direito não é só um lugar de construção do conhecimento. Isso é uma grande ilusão. É lugar e espaço de moldar corpos e subjetividades, de produção subjetiva dominante. Ao longo de cinco anos o aluno não só adquire conhecimentos para exercer as funções

típicas do Direito, mas se molda a padrões de corpo, gestuário, fala e também de raciocínio, a partir de determinados pressupostos, determinadas ilusões”.

A crítica é do professor da Faculdade de Direito do Câmpus Cidade de Goiás (CCG) Eduardo Gonçalves Rocha, discípulo do escritor e professor do Direito Luis Alberto Warat. Mas não é isso o fundamental, a crítica. Mais importante, acredita Eduardo, é a postura e o comportamento sensíveis, de enfrentar o universo simbólico instituído, questionar padrões de verdade jurídica. É reivindicar o absurdo, desconstruindo seus próprios papéis enquanto alunos ou professores, dentro da Faculdade de Direito.

“Como mortos que falam da vida, o saber tradicional do direito mostra suas fantasias perfeitas na cumplicidade cega de uma linguagem sem ousadias, enganosamente cristalina, que escamoteia a presença subterrânea de uma ‘tecnologia da alienação’. Utopias fantasiadas de si mesmas que explicam com razões consumidas pela história, novas formas de legitimação das práticas ilícitas do Estado”

Luis Alberto Warat, 1988

Um dos caminhos dessa sensibilização: a arte. Professores e alunos do Direito do CCG realizam, desde 2010, saraus e encontros lúdicos para discutir filmes, livros, recitar poesias, dançar, pintar, trocar figurinos, maquiarse, encenar dramas escritos por eles próprios, ouvir música, preparar pratos, comer e, juntos, experimentar o deslocamento de papéis.

“A arte é um dos meios fundamentais para questionar lugares simbólicos estabelecidos no Direito. Aluno e professor questionam seus lugares simbólicos nesses saraus. São desafios para ambos. É romper e desconstruir papéis sociais a todo instante reafirmados dentro do espaço acadêmico e na sociedade”, diz Eduardo, que teve Warat, falecido em 2010, como mestre e coorientador no doutorado (UnB).

Fotos: Arquivo Pessoal/Eduardo Rocha



Acima, Eduardo (agachado) participa com Warat (de pé, à esquerda) e outros estudantes de Direito da UnB de atividade lúdica em escola pública. Abaixo, estudantes e professores comem e bebem durante discussão de livro

Temer o sucesso, reivindicar o fracasso

Eduardo Rocha — para quem o Direito a todo instante reivindica ilusões instituidoras, a ilusão da segurança jurídica, da Justiça — leciona Direito Ambiental, Hermenêutica e Teoria Constitucional. Questionado se enfrenta tensão entre essa busca do sensível e disciplinas de conteúdos dogmáticos, ele admite: sim. “Mas”, pondera, “não reduzo esses pressupostos a uma dimensão conteudista. Como falar de direitos fundamentais desconsiderando toda uma política subjetiva que está por trás da efetivação de direitos fundamentais?”.

Mais que um conhecimento, a criticidade proposta por Warat e Eduardo proclama um comportamento. “Criticidade não é só pegar uma determinada teoria e criticar outra. Acho que é um momento em que você consegue enfrentar o seu próprio universo simbólico instituído, em que você começa a reivindicar o absurdo. É o que foge desse conjunto de medos, crenças e valores instituídos. É começar a se abrir”.

Absurdo, aqui, encontra razão em “Manifesto do Surrealismo Jurídico”, que Warat publicou em 1988. Na obra, o jurista capitula o “sonho didático do realismo mágico (surreal), em contraposição ao imaginário oficial, através da crítica à dialética surrealista de Bachelard, sob a máxima: ‘No reino do pensamento a imprudência é um método’” (p. 17).

“Warat dizia que devemos temer o sucesso e reivindicar o fracasso, no sentido de questionar o que é o sucesso, o que é tê-lo, quem é o sujeito que o detém. É questionar os lugares de certeza. O sucesso é a certeza. Buscar a incerteza é questionar esse lugares”, lembra Eduardo.

Essa postura é interessante para a Justiça? — questiona o **Jornal do Professor**. “O que é Justiça?”, retruca Eduardo. “Só é possível pensar a Justiça a partir do encontro e da sensibilização com o outro. Criticamos o mito racionalista de que eu posso idealizar um padrão de Justiça e de sociedade. Atacamos por uma outra perspectiva, de desconstrução do lugar simbólico do Direito, o que para a Justiça instituída talvez não seja interessante”, sintetiza.

“Testar os limites da instituição é muito interessante, mas ao mesmo tempo arriscado. Não sei se conseguiria ter essa mesma experiência no Câmpus de Goiânia. Não sei se me levariam a sério”, reflete.

QUEM FOI LUIS ALBERTO WARAT

Crítico do Direito, chegou ao Brasil fugido da ditadura militar na Argentina, nos anos 70. Trouxe discussão epistemológica e de linguagem para o debate jurídico. Estruturou na UFSC eixo de pós-graduação crítico em Direito que se torna referência e se irradia pelo Brasil. Começou a se transgredir e passou a ser abandonado por alunos e colegas do Direito.

Doutor em Direito pela Universidade de Buenos Aires, pós-doutor em Filosofia pela UnB. Publicou mais de 40 livros e lecionou por mais de 40 anos, em universidades em RS, SC, PR, RJ, DF, GO e BA.

Fotos: Macloys Aquino



FRESCOBOL

O jogo em que só se sai ganhando

Professor da FEF difunde em Goiânia modalidade que prima pela cooperação e não pelo enfrentamento entre jogadores

Bate-bola - Alcir (de costas) rebate jogada do parceiro João Ribeiro, em parque da Capital

“Linda!”, gritava Alcir Horácio Silva, mergulhando, para evitar que a bola tocasse o gramado. João Ribeiro, seu parceiro, respondeu com uma raquetada leve e um sorriso de satisfação ao esforço de salvamento. Eles jogavam frescobol no Parque Flamboyant, em Goiânia.

Os 41 anos dedicados à modalidade não surgiram de uma escolha ao acaso. Alcir, professor do Cepae e da Faculdade de Educação Física (FEF), é socialista e encontrou no frescobol a expressão da doutrina no esporte.

Diferente da maioria dos outros jogos, o frescobol se desenvolve com a ajuda do outro, e não um contra o outro. Para ser boa, a partida deve ter, além de técnica, beleza. Para isso, é preciso que nenhum dos jogadores perca – e mantenham a bola mais tempo no ar.

“Se a bola vem meio torta, a gente sabe que não foi de propósito e faz o maior esforço do mundo para devolvê-la gostosa, no lugar certo, para que o outro possa pegá-la”, escreveu Rubem Alves, num ensaio em que compara o esporte a uma relação de amor.

“Se um jogador tem uma deficiência em alguma posição, esta será sanada pelo parceiro. Se jogar na deficiência, mata o ponto e aí o jogo não se estabelece. Nesse sentido, fere a lógica capitalista de competição e derrota”, associa Alcir.

Mas existem campeonatos de frescobol. O próprio professor é vice-campeão brasileiro na modalidade. Havendo competição – e, portanto, vencedor e perdedor – o jogo não se insere na lógica capitalista?

“Na competição, acaba entrando na lógica”, admite Alcir. “Mesmo assim”, defende, “quem vence no frescobol é sob critérios não determinados por essa lógica. A competição é baseada nas apre-

sentações. Nos outros esportes é no combate”.

Não é exagero dizer que campeonatos de frescobol se assemelham aos de dança. Os critérios de avaliação – velocidade, força e nível de dificuldade das jogadas – devem ter plasticidade. Alcir cita o movimento “Baryshnikov”. “Nome que eu dei e todo mundo usa no Brasil”, gaba-se.

Inclusão

No frescobol, homens jogam com mulheres, cadeirantes se apresentam com jogadores de pé. Não existe paraolímpico em frescobol: todos jogam juntos.

No início do ano, Alcir foi para Conceição do Araguaia, no Pará. Levou as raquetes e um locutor de rádio soube que ele estava ali. Falou com o professor e anun-

ciou no ar: “O vice-campeão brasileiro de frescobol está na cidade”.

“Quando peguei a raquete me aparece o campeão de tênis de mesa do Pará. ‘Acho que eu jogo isso aí’, ele falou. Jogamos e está no Youtube. Foi ótimo, deu certo”, comemora o professor. No Youtube, um vídeo mostra Alcir jogando com um amigo cadeirante, no Rio de Janeiro.

Para 2013, o plano do professor, que é carioca, é incluir Goiânia – ou uma cidade goiana com praia de rio – no circuito brasileiro de frescobol. Ele, que pratica o esporte com alunos do Cepae, o difunde na capital, fazendo apresentações e treinando pessoas gratuitamente em parques.

Este ano, Alcir deve abrir uma disciplina de núcleo livre na FEF e desenha um projeto de extensão para envolver pessoas da comunidade próxima ao Câmpus Samambaia no esporte.



Esforço - Alcir salva bola baixa: objetivo é devolver a jogada mais ‘gostosa’ possível ao parceiro



Preparo - Para manter a bola mais tempo possível no ar, jogadores devem estar preparados para explodir e correr de um lado ao outro



Quem não tem mar, joga com balde - Para ter aderência e atingir velocidades que superam os 100 km/h, a bola do frescobol deve estar molhada durante as partidas

MAGDA BEATRIZ MATTEUCCI

33 anos de resistência ao agronegócio

Professora defende agroecologia desde os anos 80 na Escola de Agronomia e critica modelo de universidade das últimas três décadas

A entrada de Magda Beatriz de Almeida Matteucci na Escola de Agronomia (EA), em 1980, era um sinal de resistência à avassaladora expansão do agronegócio em Goiás. Nove anos depois, em 89, ela organizaria o primeiro curso de agricultura alternativa na UFG, o estofado necessário para a criação da disciplina Ecologia e Meio Ambiente, voltada à agroecologia.

Nestes 33 anos, a briga de Magda contra os efeitos da Revolução Verde – programa dos anos 70 que aumentou a produção agrícola no mundo através de melhoramento genético de sementes, uso intensivo de insumos industriais e mecanização do campo – não tem sido menos árdua. Magda estima que 90% da EA é voltada ao agronegócio.

“Os alunos se estapeiam para trabalhar nas multinacionais. Ficam cinco anos aqui para conseguir uma vaga”, constata. “A escola deveria se voltar para produção de alimentos e não focar só no agronegócio, com a cana, a soja e o eucalipto, commodities para bolsas de valores, que só depauperam nosso solo”, critica.

“Precisamos produzir alimentos de qualidade, o que implica não utilizar esses venenos todos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. A produção de alimentos hoje é do pequeno produtor, da agricultura familiar, com milho, feijão, leite... É esse que

Macloys Aquino



Magda, em sua sala, na Escola de Agronomia: “A agroecologia ainda é entendida como um enfrentamento”

pode produzir mais e melhor, sem utilizar venenos”, projeta.

Ela é otimista. Vê crescer, ainda que lentamente, os incentivos governamentais para projetos agroecológicos e também o interesse de alunos. Mas dada essa lógica do ensino e da pesquisa voltadas ao agronegócio, “a agroecologia ainda é entendida como um enfrentamento”, pondera.

Magda é uma das entusiastas de um programa de doação de mudas do Cerrado para escolas, comunidades em geral, assentamentos, produtores, cooperativas, agricultores familiares. A horta da EA produz e consegue distribuir média de cinco mil mudas por ano.

Carreirismo

A crítica de Magda se estende ao modelo de universidade construído nas últimas três décadas. No início dos anos 80 compartilhava-se uma visão institucional de que se a universidade brilha, brilham também os professores. “Hoje, a visão é de car-

reirismo, um individualismo que só quer o crescimento da própria carreira”.

“A função da universidade não é alimentar o mercado com técnicos, mão de obra barata. É formar cidadãos. A universidade é uma instituição secular, que transcende o tempo. Não pode ficar só em números, ‘vamos formar tantos, publicar tanto’”.

Para ela, “a gente não tem só que construir prédios. Isso não faz uma universidade. Temos que construir é o saber, a ciência e a cultura, e com qualidade. Prestar serviços, dar respostas à sociedade”, afirma.

Mas a universidade não reflete valores da sociedade? “Sim, mas as pessoas aqui deveriam ser mais cultas, com valores que não fossem só os da sociedade. A universidade regrediu. Cresceu em números, mas em construção do saber, não. Faltam humanistas. Há pesquisa boa, mas se faz muita pesquisa inútil, para cumprir rituais exigidos por processos que só melhoram carreira e salário”, desabafa.

MEMÓRIA



Arquivo Pessoal

– Final dos anos 70. A sugestão para Magda estudar Agronomia veio do amigo Robinho Martins de Azevedo, líder popular, um dos fundadores do Jardim Nova Esperança, assassinado em 1994.

– Em 1980, Magda torna-se professora colaboradora (hoje seria substituta) da EA. Participou da primeira greve das federais do Brasil, naquele ano, que começou na UFG.

– Mindé Badauy de Menezes era presidente da Adufg quando Magda conseguiu efetivar-se no cargo, junto ao grupo de ficou conhecido como “Colaboradores de 80”.

– 1988: a disciplina de Agroecologia passou a ser obrigatória numa reforma curricular, com Magda como titular.

– 1989: Magda participa do Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em Porto Alegre (foto), e traz esse debate a Goiás.

– 2010: a professora coordena o I Fórum Goiano de Agroecologia, na UFG, que teve participação de 400 pessoas de várias partes do País.

Arquivo Pessoal



Camponeses e pesquisadores experimentam tomate agroecológico produzido pela EA, durante fórum de agroecologia na UFG, em 2010

Arquivo Pessoal



Tomate orgânico: baixa produção devido ao agronegócio

TÍTULOS

- Engenheira agrônoma pela UFG
- Especialista em Agricultura Tropical (UFPE)
- Mestre em Fitotecnia (UFBA)
- Doutora em Desenvolvimento Sustentável – Gestão Ambiental (UnB)